



PROJETO DE ASSENTAMENTO PAULO FONTELES NA ILHA DE MOSQUEIRO/PA: UM ESTUDO HISTÓRICO-GEOESPACIAL E INTERPOSIÇÃO SOCIOAMBIENTAL COM USO DAS GEOTECNOLOGIAS.

PAULO FONTELES SETTLEMENT PROJECT ON MOSQUEIRO ISLAND/PA: A HISTORICAL-GEOSPATIAL STUDY AND SOCIO-ENVIRONMENTAL INTERPOSITION USING GEOTECHNOLOGIES.

Marcelo Augusto Machado Vasconcelos¹
Aletéia Patrícia Vilhena de Souza²
Clever Cley Corrêa Bulhões³
Rodrigo Souza Soares⁴
Sara Cardoso Lopes⁵

¹*Doutorado em Ciências Agrárias, pela Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA)*

²*Experiência na área de Geociências, com ênfase em Geociências*

³*Estudante de geoprocessamento pela Universidade Federal do Pará (UFPA)*

⁴*Graduando em Tecnologia em Geoprocessamento, pelo Universidade Federal do Pará (UFPA)*

⁵*Pós-graduada em Ciências da Natureza, as suas Tecnologias e o Mundo do Trabalho pela Universidade Federal do Piauí (UFPI)*

Resumo: A presente pesquisa tem por finalidade evidenciar o “Assentamento Paulo Fonteles” na ilha de Mosqueiro, no estado do Pará. Através da história e a luta de povos amazônidas. Localizado na região metropolitana de Belém, possui quase vinte anos de existência, em meio aos conflitos por terra, político, ambiental, mortes e invasões fazem parte do histórico das pessoas que foram assentadas. Além de mostrar que as pessoas que residem nesse espaço enfrentam diariamente diversas questões e implicações socioambientais. O estudo contemplou uma abordagem mista, com o levantamento de informações qualitativas e quantitativas por meio de pesquisa bibliográfica e in loco, com uso do aplicativo de localização e de análise de vulnerabilidade socioeconômica e ambiental (SEA). Usou-se como base o intervalo de cinco anos referente ao período de 2018 a 2023. Os resultados apontam a falta de recursos da ordem socioeconômica e ambiental, além da inexistência de investimentos e apoio por parte dos provedores de serviços (INCRA, Governo Federal e Agências de Fomento). Desse modo, a vulnerabilidade socioeconômica ambiental no status “moderada” devido à organização e gestão comprometida dos assentados, torna-se necessário o apoio/incentivo para manter os fatores de produção ativos ambientais no assentamento Paulo Fonteles.

Palavras-chave: Organização; Geoprocessamento; Vulnerabilidade socio-econômica.

Abstract: *The purpose of this research is to highlight the “Paulo Fonteles Settlement” on the island of Mosqueiro, in the state of Pará. Through the history and struggle of*

Amazonian peoples. Located in the metropolitan region of Belém, it has been in existence for almost twenty years, amid land, political and environmental conflicts, deaths and invasions are part of the history of the people who were settled. In addition to showing that people who live in this space face various socio-environmental issues and implications on a daily basis. The study included a mixed approach, with the collection of qualitative and quantitative information through bibliographical and on-site research, using the location application and socioeconomic and environmental vulnerability analysis (SEA). The five-year interval for the period from 2018 to 2023 was used as a basis. The results point to the lack of socioeconomic and environmental resources, in addition to the lack of investment and support from service providers (INCRA, Federal Government and Development Agencies). Therefore, with environmental socioeconomic vulnerability in the “moderate” status due to the compromised organization and management of the settlers, support/incentives are necessary to maintain active environmental production factors in the Paulo Fonteles settlement.

Keywords: *Organization; Geoprocessing; Socio-economic vulnerability.*

1 INTRODUÇÃO

Com base nas pesquisas realizadas, a nomenclatura de “assentamento” a exemplo do assentamento Paulo Fonteles, é vista tanto por estudiosos da área quanto pelo próprio movimento social (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, Federação de Trabalhadores (as) da Agricultura no Estado do Pará - FETRAGRI e outros) como um movimento da luta diferente do acampamento. E para trazer essa definição, é necessário destacar a noção de "Acampamento", uma vez que este é o ponto de partida e o intervalo composto por um longo processo de lutas e resistências para se chegar ao Assentamento.

Deste modo, acampamento está relacionado a um importante instrumento de luta pela conquista da terra. Caracterizado como um momento de transição durante o qual o acampado rompe com sua identidade/papel anterior, em que todas as instâncias do movimento, desde as comissões de bases até as instâncias nacionais, são exercidas coletivamente, na forma de colegiado, sem distinção de poder, com o objetivo único de explicitar a luta, pressionar governantes e mobilizar a opinião pública sobre a questão da terra e alcançar a situação de assentado. “O acampamento é entendido pelo movimento social como um espaço privilegiado de formação dos futuros Assentados”. (CALDART, 2004 *et al.*). FIGUEIREDO e PINTO ,2014;

De acordo com o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o termo “assentamento” é um grupo de pessoas que trabalham em prol da agricultura, instalados pelo próprio órgão em um imóvel rural. Onde tem também áreas de uso

comunitário e para construção de estruturas coletivas, como igrejas, centros comunitários, agroindústrias, escolas, unidades de saúde, entre outros. Toda área de reforma agrária conta com locais de preservação ambiental, como Área de Reserva Legal (ARL) e Área de Proteção Permanente (APP). (DIRETORIA DE PROJETOS DE ASSENTAMENTOS, 2020).

No geral, o assentamento de pessoas é um indicativo de que a terra já foi 'conquistada'; advinda da resposta do Estado à pressão exercida pelos Movimentos Sociais durante o período de acampamento, constituindo-se como uma tentativa de intervenção e controle estatal sobre os conflitos sociais. É a partir daí que se começa a planificar uma nova comunidade, com novas relações sociais, relações estas construídas sobre valores de igualdade, justiça social, sem discriminação e livre do autoritarismo e da opressão. (CALDART, 2004 *et al.*, FIGUEIREDO e PINTO, 2014).

O território, localizado em Mosqueiro-PA, é um exemplo marcado da luta pela reforma agrária no Pará e no Brasil. A história desse assentamento está intrinsecamente ligada às lutas e conquistas dos trabalhadores rurais que buscavam uma vida digna no campo. Neste artigo, iremos explorar a história do assentamento Paulo Fonteles, desde suas origens até os desafios enfrentados atualmente. As origens da luta e o nome do assentamento são uma homenagem a Paulo Fonteles, um dos líderes do MST (Movimento Sem Terra) no Pará, que foi assassinado em 1987 por denunciar a violência no campo na região. Sua luta e seus ideais foram fundamentais para a criação do assentamento, e seu nome simboliza a resistência da comunidade e a luta por uma sociedade mais justa.

A história do assentamento Paulo Fonteles tem suas raízes nas décadas de 1970 e 1980, um período marcado por intensas mobilizações dos trabalhadores rurais em todo o país. Nesse contexto, a região da Ilha de Mosqueiro/ Belém - Pará não foi exceção.

Os trabalhadores rurais da região, inspirados pelos movimentos sociais e sindicais, começaram a se organizar em busca de terra para trabalhar e viver. A ocupação e a resistência Em meados da década de 1990, um grupo de trabalhadores rurais decidiu ocupar um grande latifúndio na Ilha de Mosqueiro, dando início ao que viria a ser o assentamento Paulo Fonteles. Essa ocupação foi uma resposta à falta de acesso à terra e à ausência de políticas públicas efetivas para a reforma agrária na região.

A regularização fundiária, após anos de luta e resistência, o assentamento Paulo Fonteles conseguiu avançar no processo de regularização. A regularização fundiária é um processo complexo que envolve a identificação e a demarcação das terras ocupadas, bem como a titulação definitiva para os Assentados.

No caso do assentamento, a regularização fundiária foi um marco importante na história. Através do programa de reforma agrária, as famílias que viviam no território tiveram seus lotes regularizados, o que garantiu a segurança jurídica e o direito de permanecer na terra.

Desafios e conquistas, apesar das conquistas alcançadas, Paulo Fonteles ainda enfrenta uma série de desafios, um dos principais desafios é a falta de infraestrutura básica, como acesso à água potável, energia elétrica e estradas adequadas. Essa falta de infraestrutura dificulta o desenvolvimento das atividades produtivas no assentamento. Além disso, o assentamento também enfrenta problemas relacionados à comercialização da produção agrícola. A falta de canais de escoamento, de apoio técnico e financeiro limita a capacidade dos comerciantes que residem nessa comunidade a comercializar seus produtos de forma eficiente e lucrativa.

Por tanto, o objetivo do artigo é obter uma análise exploratória com a finalidade de evidenciar o assentamento Paulo Fonteles na Ilha de Mosqueiro/Belem-PA, através da história, das lutas para que haja visibilidade por partes dos governantes e ter uma outra ótica para essas pessoas, que além de carregar o estigma de “assentado” ainda passam por situação de vulnerabilidade socioeconômica.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A pesquisa foi desenvolvida no assentamento Paulo Fonteles, que está localizado na Ilha de Mosqueiro/Belém-Pará, tendo como acesso à estrada da Baía do Sol, no Bairro do Sucurijuquara, conforme figura - 1 abaixo:

Figura 1 - Mapa de localização - Assentamento PA.



Fonte: os autores

Para a metodologia, foi utilizado o aplicativo de “Análise de Vulnerabilidade Socioeconômica e Ambiental (SEA)”, usando-se como base o intervalo de tempo de cinco anos, referente ao período de 2018 a 2023, levando em consideração que este é o período em que o assentamento foi consolidado.

A construção do questionário semiestruturado para avaliação da “autonomia do sistema agroecológico” teve como objetivo recolher as seguintes informações: água, fertilidade do solo, soberania alimentar, trabalho (quantidade de mão de obra presente na área), conhecimento técnico produtivo e preparo de área.

Para a coleta de informações referentes à “Dimensão Socioeconômico e Ambiental”, buscaram-se os seguintes dados: infraestrutura, acesso à água, moradia, trabalho agrícola, mobilidade, participação na renda, comercialização, acesso às políticas públicas, conhecimento técnico-produtivo, recursos naturais disponíveis, contaminação do solo, leis de acordos. Cada um dos atributos foi avaliado com base em um escore que teve a seguinte classificação:

01: muito baixo;

02: baixo;

03: médio;

04: alto

05: muito alto,

Fazendo uma comparação entre os dois períodos analisados (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Durante o processo de levantamento de dados referentes à metodologia SEA no Paulo Fonteles. As informações inseridas nos questionários levaram em conta a percepção dos assentados, bem como a observação em campo por parte da equipe para cada um dos atributos estudados.

Após a classificação com base na atribuição dos escores em cada uma das variáveis, utilizaram-se cálculos para mensurar o índice de progresso ou declínio de cada dimensão com o objetivo de fazer a análise regressiva (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Para o cálculo do índice da dimensão SEA, utilizou-se a metodologia de Oliveira *et AL.* (2019), onde foi realizado o processo de somatório dos escores conferidos a cada um dos atributos de cada dimensão analisada, dividindo-se pela soma total de possíveis escores 05 (muito alto), podendo ser representada pela seguinte fórmula:

$$I = (e_1 + e_2 + e_3 + e_4 + \dots + e_n) * 1 / (a * 5)$$

Onde:

I = Índice da dimensão SEA analisada para um determinado período de tempo;

e = Escore definido para o atributo analisado;

a = Quantidade de atributos definidos para a dimensão SEA.

Dessa forma, os índices obtidos podem ir de zero a um (0 – 1), sendo que quanto mais próximo de um (1) for o índice, melhor será a avaliação da dimensão SEA e quanto mais próximo de zero (0), pior será a avaliação (OLIVEIRA *et al.*, 2019). Os índices obtidos para os dois períodos avaliados forneceram resultados quantitativos que puderam demonstrar se a área, objeto do estudo, apresentou desenvolvimento ou declínio para a dimensão avaliada em função do tempo.

O georreferenciamento da área de estudo ocorreu através da marcação de pontos para a delimitação das áreas que apresentaram sistemas agroecológicos, sendo utilizado um GPS modelo Garmin Etrex 10, para a marcação dos pontos de coordenadas. Após a coleta em campo, os dados foram processados para a geração dos mapas temáticos através do *software Arcgis 10.5*, no Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Pará - FTG.

Os problemas enfrentados pelos moradores do assentamento Paulo Fonteles são basicamente o problema enfrentado na maioria dos assentamentos, a falta de políticas públicas inclusivas, falta de saneamento básico, falta de coleta e descarte de resíduos sólidos, falta de educação adequada para as faixas etárias existentes no assentamento, falta de políticas e incentivo à produção agrária (crédito rural), entre outros problemas inclusos na vida de mais de 50 famílias, que lutam pela sobrevivência muitas vezes em situação insalubre.

Para Norder (1997) chama a atenção para os problemas metodológicos que se registram nas avaliações dos assentamentos rurais, principalmente no "cálculo da renda", tais como: " 1- A definição da abrangência do conceito de renda, a forma de mensuração do autoconsumo produtivo ou alimentar, e demais formas de ingresso monetário como o assalariamento externo e a previdência social; 2 - A complexidade na formação dos custos de produção e a diversidade na comercialização da produção; 3 - A valorização profissional da área pelo trabalho; 4 - A utilização de relações informais familiares e comunitárias de trabalho, como o mutirão, a ajuda mútua, a troca de dias, reduzindo a

necessidade de pagamento de trabalho adicional em dinheiro, alterando assim os custos de produção e, portanto, a renda; 5 - a tênue articulação com outros indicadores sociais e econômicos"

No assentamento em questão, os moradores são independentes, possuem duas associações, porém, não conseguem créditos para financiar as suas produções. A grande maioria das famílias é composta por mulheres que recebem ajuda dos programas federais, como o “Bolsa Família”. É com essa renda que muitas famílias sobrevivem com poucos recursos e com suas produções para complementar suas rendas. Mesmo sem recurso pecuniário, essas famílias conseguem se ajudar de forma coletiva, fazem seus roçados, seus terrenos e seus plantios para comercializar no centro da Ilha de Mosqueiro.

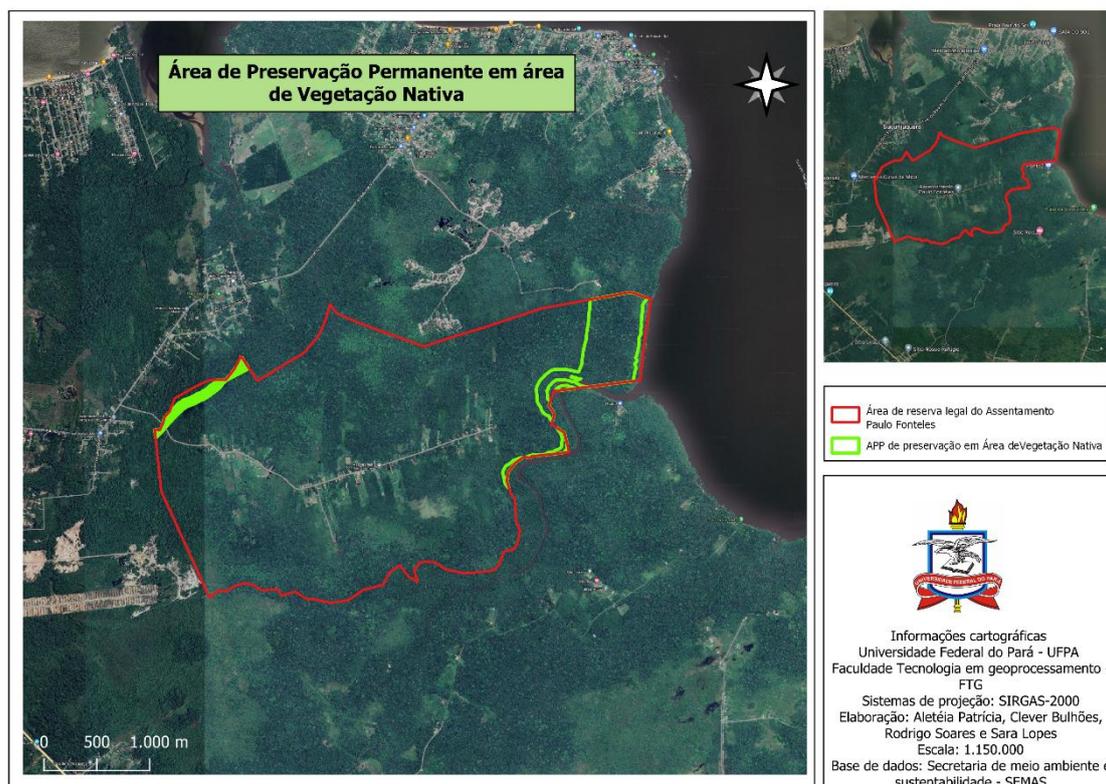
As políticas públicas desempenham um papel fundamental na história do Paulo Fonteles, através de programas de reforma agrária e de apoio à agricultura familiar. O governo tem a responsabilidade de garantir condições adequadas de vida e trabalho no campo. No entanto, a implementação efetiva dessas políticas ainda é um desafio.

A falta de recursos, a burocracia e a falta de articulação entre os diferentes órgãos governamentais são algumas das barreiras que dificultam a efetividade das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar e a reforma agrária. A importância da organização coletiva, ao longo da história do assentamento, foi fundamental para a conquista de direitos e para a superação de desafios.

Através de associações e cooperativas, os assentados conseguiram se fortalecer e se organizar para enfrentar as dificuldades e buscar soluções coletivas. A organização coletiva também foi importante para o desenvolvimento de atividades produtivas diversificadas no assentamento. Através da agroecologia e da produção agroecológica, as pessoas conseguiram diversificar a produção e garantir a segurança alimentar das famílias.

O impacto do Assentamento na comunidade local do Paulo Fonteles não apenas transformou a vida dos trabalhadores rurais que viviam no local, mas também teve um impacto significativo na comunidade local e na Ilha de Mosqueiro como um todo. Através da produção de alimentos saudáveis e da geração de emprego e renda, o assentamento contribui para o desenvolvimento sustentável da região. Além disso, também tem um papel importante na preservação do meio ambiente e na promoção da agroecologia. Através de práticas sustentáveis de produção, os assentamentos contribuem para a conservação dos recursos naturais e para a construção de um modelo agrícola mais sustentável, como pode ser visto:

Figura 2 – Mapa de APP – Preservação Permanente em área de vegetação nativa.



Fonte: os autores

Apesar dos desafios enfrentados, o assentamento tem um futuro promissor: através da organização coletiva, da busca por alternativas sustentáveis de produção e do fortalecimento das políticas públicas voltadas para a agricultura familiar, pode se tornar um exemplo de desenvolvimento rural sustentável.

De acordo com a Lei 12.651 de 25 de maio de 2012, que trata sobre a proteção da floresta nativa, o assentamento tem que ter uma ARL (Área de Reserva Legal) localizada no interior de cada propriedade ou posse rural.

O assentamento Paulo Fonteles foi dividido em 60 lotes com tamanhos que variam entre cada assentado, que pode utilizar até 20% da sua área para fazer uso de plantio ou para criação de animais. Em sua maioria, a utilização da terra é para plantação de açaí, abóbora, verduras e outros. De acordo com moradores do assentamento, o foco principal agora é na plantação de açaí, para produção em grande escala e fornecimento para outros estabelecimentos que trabalham diretamente com o fruto, além do sonho em trabalhar com passeios ecoturísticos dentro da APP, o que confere o grande potencial para o

desenvolvimento de trilhas ecológicas e prática da canoagem no rio Santana que circunda o assentamento, mostrando áreas de matas ciliares praticamente todas preservadas.

Por outro lado, a falta de apoio das políticas públicas também tem impactado o desenvolvimento do assentamento Paulo Fonteles de diferentes maneiras. De acordo com estudos bibliográficos e dados coletados em campo, foi identificada uma dimensão dupla denominada “Socioeconômico e Ambiental” e “Empoderamento e Políticas Públicas” que corresponde à problemática geral do assentamento, conforme mostra os quadros -1 e 2 com os respectivos Gráficos e seus atributos/escores, caracterização e o Índice da Dimensão/Autonomia.

Tabela 1: caracterização

Caracterização socio-econômico e ambiental	Ano referência	Ano Atual
	2018	2023
Infraestrutura (saúde, escola, estrada)	2	2
Acesso à água	2	4
Moradia	1	3
Trabalho agrícola	3	3
Mobilidade	2	3
Participação na renda e comercialização	4	4
Acesso à políticas públicas	2	3
Conhecimento técnico produtivo	2	3
RN disponível	5	5
Contaminação do solo	1	2
Leis, acordos e código florestal	4	3
Diversificação de cultivo	4	4
Índice de Autonomia (0-1)	1,07	1,30

Fonte: os autores

A maioria dos produtores agrícolas do assentamento Paulo Fonteles em Mosqueiro-Belém/PA é do sexo feminino, possuem baixa escolaridade e dependem da agricultura de subsistência. Os assentados possuem o CAR (Cadastro Ambiental Rural) coletivo e somente alguns deles possuem o título de posse.

A agricultura familiar é a principal atividade com o cultivo de açaí, hortaliças e farinha. Além da produção agrícola, é realizada a exploração da madeira para a produção de carvão, segundo as informações coletadas na região. Pelo menos 20 (vinte) famílias produzem para vender e os demais se dedicam à agricultura e ao cultivo para sustentar seu meio de subsistência, além de buscar outras fontes de rendas, como nas barracas das praias, que ficam relativamente perto do assentamento.

A falta de acesso a serviços públicos básicos afeta significativamente a situação socioeconômica das pessoas que moram no assentamento, isso ocorre porque esses serviços são essenciais para a melhoria da qualidade de vida e o desenvolvimento econômico da comunidade. Pantoja (2011) cita a falta de infraestrutura como um dos principais desafios enfrentados pelos assentados, uma vez que afeta a capacidade de agregar valor à produção, comercializar produtos e processar bens.

No que diz respeito à moradia, o contexto apresentado in loco é controverso, pois as residências, a maioria de alvenaria, são inacabadas. Os relatos dos entrevistados referiram que nem todos os assentados receberam o fomento à habitação disponibilizado (R\$ 5.000,00), e que o projeto moradia não foi terminado, ficando as casas com chão de terra, sem lajota, sem reboco, sem telha, sem janelas e portas, restando ainda 11 casas por fazer, cabendo ao assentado providenciar do próprio bolso a conclusão da casa.

Ainda sobre os investimentos, foi relatado que o governo federal teria disponibilizado um crédito de R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) dividido em três partes equivalentes para gastos com alimentos, ferramentas e projeto de produção u seja, os moradores são desassistidos pelas políticas públicas há 17 anos de assentamento e lutam com muita dificuldade para garantir a atividade produtiva, escoamento dos seus produtos e garantia de renda.

Não há escola no Assentamento, mas, segundo os entrevistados, há projetos do INCRA para instalação das mesmas. A escola mais próxima fica no Quilombo de Sucurijuquara e o Abelardo Condurú atende ao ensino fundamental II. Ainda foi informado que todos os adolescentes estudam e que na comunidade não há analfabetismo. Também, foi relatado que no início tinha aula dentro do assentamento, mas o governo tirou.

Uma moradora, filha de um assentado, reconhecendo a importância da educação na vida de seus filhos, demonstrou um descontentamento e preocupação em relação ao acesso à escola ao dizer que o ônibus escolar que conduz os alunos do assentamento falta demais, chegando a passar semanas sem vir, o que dificulta o aprendizado. Contou que, uma das vezes em que questionou com a direção da escola, foi informado que o problema ocorria por falta de gasolina.

Também informou que a distância tem sido um empecilho entre o assentamento e a escola, visto que ela conta com uma bicicleta sem cangueira e que para fazer o percurso de casa até a escola gastaria em torno de 10 a 15 reais/dia, o que fica inviável para quem

tem dois filhos em idade escolar que recebem apenas o bolsa família e conta com a aposentadoria do pai para sustentar a família.

A falta de acesso a serviços de educação pode limitar as oportunidades de emprego e renda dos assentados, além de afetar a capacidade deles de tomar decisões impostas sobre suas atividades produtivas. Ao considerar a distância que separa o assentamento do posto mais próximo e a incapacidade que o serviço de saúde tem em suprir a demanda, é possível dizer que a falta de acesso dos assentados a serviços de saúde pode levá-los a problemas de saúde intensos e incapacitantes e afetando a capacidade do assentado de trabalhar e produzir. Além disso, a falta de acesso ao serviço de saúde pode aumentar seus custos com tratamento e medicamento.

A rede pública de água encanada é inexistente no assentamento, os assentados contam com poços artesianos e fossas devidamente instaladas em seus terrenos e construídas por conta própria, o lixo é queimado ou enterrado no terreno. O não acesso a esse serviço pode levar a problemas de saúde e higiene, podendo ainda, afetar o solo, a água e a qualidade dos produtos agrícolas produzidos pelos Assentados.

Os assentados contam com energia elétrica, serviço que, tão logo o Assentamento foi instalado, a comunidade passou a receber. A comunidade conta, ainda, com uma estrada de terra que corta de ponta a ponta o Assentamento.

Dentro do assentamento, se faz uso de moto e bicicleta, veículos necessários e raros por lá, já que a falta de transporte somada às grandes distâncias de deslocamento pode limitar oportunidades de emprego e renda dessas famílias, além de afetar a capacidade deles os serviços básicos.

Entre os recursos naturais disponíveis no assentamento estão a pesca, caça, água e mata, que contribuem para a própria subsistência. O solo é arenoso. Observa-se na tabela 1 e Figura 3 que os atributos avaliados para a dimensão “socioeconômica e ambiental” apresentaram variação ao longo do intervalo de tempo avaliado. O índice socioeconômico e ambiental passou de 1,07 em 2018 para 1,30 em 2023, o que representou um acréscimo de 0,23 para o período analisado.

Ainda que não possam contar com os benefícios públicos que deveriam assegurar seu desenvolvimento social e econômico, uma maior participação das mulheres na agricultura e outras fontes de renda contribuem para uma melhora econômica, visto que até o momento o único acesso que têm a políticas públicas é o recebimento da Bolsa Família, que não cobre sozinho os custos que têm para manter sua agricultura funcionando e nem a melhoria de suas casas, aquisição de veículos para mobilidade, uma

vez que a distância inviabiliza o acesso à infraestrutura urbana e dificulta o acesso, circulação e comercialização dos produtos.

A melhora econômica e a sustentabilidade local dependem da própria agricultura, mas, para isso, é preciso capacitação e apoio técnico a fim de facilitar a produção e a geração de renda para que possam alcançar melhoras produtivas e sociais.

Com baixa capacidade de retenção de água e pobre em nutrientes, o solo arenoso dificulta a agricultura, como foi observado no plantio de açaí no lote de um morador. No entanto, existem estratégias de manejo que podem melhorar a produtividade e facilitar o sucesso em solos arenosos, daí a importância de ter um apoio técnico, um especialista em agronomia ou agricultura local para poder fornecer orientações mais precisas e personalizadas para a agricultura familiar nesse solo.

A respeito da preservação da mata nativa, as informações foram de que alguns lotes já avançaram com a roça ultrapassando a ARL, o que tende a aumentar devido à própria ausência do poder público. É importante frisar que toda expansão agrícola leva ao desmatamento e à degradação ambiental, afetando a biodiversidade e os recursos naturais. Essas questões socioambientais podem afetar a qualidade de vida dessas famílias e a sustentabilidade do assentamento.

Observa-se na tabela 2 e na Figura 4 que os atributos avaliados para a dimensão autonomia, “Empoderamento e Políticas Públicas”, apresentaram variação ao longo do intervalo de tempo avaliado. O índice passou de 0,40 em 2018 para 0,57 em 2023, o que representou um crescimento percentual de aproximadamente 40,6% para o período analisado.

Tabela 2 - Dimensão 2: Empoderamento e Políticas públicas

Dimensões - EMPODERAMENTO E POLÍTICAS PÚBLICAS	Ano referência	Ano Atual
	2018	2023
Atuação do poder público local	1	1
Participação nas decisões de gestão dos RN e políticas locais	3	4
Participação na renda e comercialização	2	3
Capacidade de acesso á políticas públicas	1	1
Soberania alimentar	3	5
Conscientização (direitos, recursos, e oportunidades) sobre praticas de negocio	2	3
Índice de Autonomia (0-1)	0,40	0,57

Fonte: os autores

Foi informada a existência de duas (2) associações onde ocorrem as reuniões para discussão das demandas da comunidade. Entretanto, pelo que se observou e ouviu, esses

movimentos organizados não vêm garantindo a existência de infraestruturas básicas para o desenvolvimento da comunidade.

Algumas razões apresentadas têm colaborado para essa inoperância e dissentimento na primeira associação, que resultou no acionamento da justiça e deu origem a uma nova associação; conflitos entre associados ou até entre associados e a diretoria, causando desunião comunitária e luta por interesses próprios, quebra de confiança na direção das associações, falta de preparação no trato com os associados para evitar conflitos e cumprir meu papel.

Além do impasse entre as associações e associados, o obstáculo para obtenção de título de terra e crédito pode estar na deficiência do poder público, conforme fala de um líder associado, ou também pela falta de entrega de documentação adequada solicitada pelo INCRA, ou ainda, pela irregularidade de compra e venda de lotes, conforme expresso pelo assentado ao falar da criação de uma segunda associação da qual faz parte: “um outro comprou terreno de uma senhora e criou o racha na associação!”, outrossim, foi informado que dos 59 assentados, mais da metade está ilegal. Para que haja avanço, os assentados precisam se entender e reconhecer enquanto comunidade e colaborar para o avanço nas negociações junto ao INCRA.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, é fundamental o apoio e o envolvimento de diferentes atos sociais, como os provedores de serviços: INCRA, Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Instituto de Desenvolvimento Florestal e da Biodiversidade do Estado do Pará (IDEFLOR) e outras organizações não governamentais (MST) e a sociedade civil. A união e a solidariedade são essenciais para superar os desafios e construir um futuro melhor para os assentados do - Paulo Fonteles (é uma história de luta, resistência e superação).

Os assentados enfrentaram desafios e dificuldades, mas também conquistaram vitórias e transformaram suas vidas e suas comunidades. No entanto, a história do Paulo Fonteles também é um lembrete da necessidade contínua de lutar pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores rurais. A luta pela terra e pela dignidade no campo é uma luta que ainda está longe de ser vencida, mas que deve ser continuamente travada em busca de uma sociedade mais justa e igualitária no que diz respeito à vivência na Amazônia brasileira.

As políticas públicas de inclusão precisam se fazer presente para esse povo que luta para sobreviver e resiste na Amazônia. Existem programas de inclusão como agricultura familiar, fome zero entre outros que infelizmente passam longe das pessoas de assentamentos rurais.

["http://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?format=pdf&lang=pt"](http://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?format=pdf&lang=pt) & HYPERLINK

["http://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?format=pdf&lang=pt"](http://www.scielo.br/j/se/a/9MSJWxfVVDtXS6DWSwjyZ5d/?format=pdf&lang=pt) lang=pt. doi: 10.1590/s0102- Acesso em: 30 Jul, 2023.

MIRALHA, Wagner. **Questão agrária brasileira: origem, necessidade e perspectivas de reforma hoje**. Revista Nera, n. 8, p. 151-172, 2012. Disponível em: [Vista do QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: ORIGEM, NECESSIDADE E PERSPECTIVAS DE REFORMA HOJE \(unesp.br\)](#). Acesso em: 30 jul. 2023

NORDER, Luiz Antonio Cabello. *Assentamentos rurais: casa, comida e trabalho* Campinas, IFCH/Unicamp, 1997 (dissertação de mestrado).

Brasil. Incra. **a política**. [Brasília]: Ministério do Desenvolvimento, 28 jan, 2020.

Disponível em: [Assentamentos](#) HYPERLINK "<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>" HYPERLINK "<https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos>" HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" — HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos) HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos) HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" Incra HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos) HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos) HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)"(HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos) HYPERLINK

["http://www.gov.br/"](http://www.gov.br/) HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" [www.gov.br](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos) HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" HYPERLINK "[https://www.gov.br/incra/pt-](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)

[br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)" HYPERLINK

["https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos"](https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/reforma-agraria/assentamentos)). Acesso em: 30 Jul, 2023.

PANTOJA, Rosiane Cristina Pimentel. **Assentamento Paulo Fonteles: entre o campo e a cidade**. 2011. Programa de Pós-Graduação em Agriculturas Amazônicas. Universidade Federal do Pará Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - Amazônia Oriental (Page 83-94). 2011. Acesso em: 25 Jul, 2023.